

Notas explicativas às informações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cinesystem S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro obtido junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 20 de julho de 2016, na categoria Cia. Bovespa Mais (MA), com sede na Rua Vereador Basílio Sautchuk, 856, salas 1201, 1202, 1203 e 1204, Zona 01, Centro, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A Companhia e suas controladas (doravante denominadas, o “Grupo”) têm como principais atividades a prestação de serviços de cinematografia e a revenda de mercadorias de Bomboniere. Atualmente o Grupo desenvolve essas atividades em salas próprias localizadas nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Grupo no ano de 2019 expandiu ainda mais suas opções de entretenimento, abrindo salas de jogos de escape – “Escape Route”. Tais salas são tematizadas e cabe a cada jogador habilidade suficiente para escapar no tempo estabelecido. O projeto inicial conta com 05 (cinco salas) no complexo de Américas, no estado do Rio de Janeiro.

O Grupo encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com operações em 160 (cento e sessenta) salas, equivalentes a 26 complexos cinematográficos, mesmo número apresentado em 31 de dezembro de 2019.

Visando redução de processos operacionais e ganhos possíveis de sinergia, no ano de 2019 o Grupo findou um processo de simplificação de sua estrutura societária. Assim, através de Assembleia Geral Extraordinária, a controlada Redecine BRA Cinematográfica S.A., incorporou as seguintes empresas do Grupo:

1. Redecine Litoral Cinematográfica Ltda e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda - em 31.01.2019;
2. Redecine LEO Cinematográfica Ltda, Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda, Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda - em 31.03.2019;
3. Redecine SLZ Cinematográfica Ltda e Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda, Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda e Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda - em 30.09.2019;
4. Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.- em 31.10.2019. A incorporadora absorveu todos os bens, direitos, haveres, obrigações e reponsabilidades das incorporadas. A partir das datas citadas, todas as operações das empresas incorporadas passaram a serem realizadas na empresa incorporadora.

Movimento semelhante, visando os mesmos fins, foi realizado pela controlada Redecine Rio Cinematográfica S.A, que através da aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, incorporou a empresa Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. - em 30 de setembro de 2019. A incorporadora absorveu todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades das incorporadas. A partir das datas citadas, todas as operações das empresas incorporadas passaram a ser realizadas na empresa incorporadora. As incorporações mencionadas acima não trazem impacto no balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

A CCM Participações Ltda., empresa controlada do Grupo, foi encerrada em outubro de 2019.

Continuidade operacional

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Inicialmente algumas entidades públicas decretaram o fechamento de shopping centers e salas de cinemas, e os órgãos mundiais de saúde difundiam a instrução de redução de aglomerações, fatos que impactam diretamente o público dos cinemas e consequentemente na receita da Companhia e suas controladas. A soma de todos os fatores citados, culminaram na decisão da Administração da Companhia de fechar todos os cinemas do Grupo em 19 de março de 2020.

Tais fatos impactam negativamente o público, as receitas, e consequentemente o desempenho financeiro e liquidez do Grupo no ano de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 44.628. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um passivo a descoberto de R\$ 1.047 e, no consolidado, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 32.102. O Grupo possui R\$ 8.225 de recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, na data de autorização destas demonstrações financeiras.

A Companhia possui histórico de ativo circulante líquido negativo, fato relacionado as características da operação, descritas abaixo:

- (a) recebimentos de recursos de vendas na maioria em dinheiro e/ou contas a receber de curto prazo;
- (b) adoção em 1º. de janeiro de 2019 do CPC 06/IFRS 16, onde os contratos de aluguéis passaram a compor os ativos e passivos da Companhia e suas controladas;

Outro fator que impactou o ativo circulante líquido do Grupo no ano de 2020 está relacionado aos reflexos negativo trazidos pela pandemia do coronavírus (COVID-19).

Na análise detalhada dos impactos pelo fechamentos de suas operações, a Administração concluiu que um cenário prolongado de quarentena refletiu e continuará refletindo significativamente no fluxo de caixa dos próximos meses.

O Grupo, no decorrer do ano de 2020, colocou em prática diversas medidas, visando o equilíbrio do caixa até que o cenário seja mais favorável para o setor:

- Criou um Comitê de Crise, com participação de diretores e gerentes-chaves da Companhia, com propósito de avaliação de ações possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia.
- Negociou com os principais fornecedores da Companhia e suas controladas, tanto para alinhamento de prazos de valores faturados, quanto para negociação de valores devidos futuros, caso do custo mínimo de ocupação dos cinemas no período que estarão fechados.
- Suspendeu contratos com custo recorrente, face ao fechamento dos cinemas.
- Implementou medidas cabíveis imediatas relacionadas com o custo de pessoal, de acordo com o benefício trazido pela Medida Provisória 927 e 936, tais como: prorrogação de pagamento de 1/3 de férias para a mesma data do 13º. salário; pagamento de valor de férias no 5º. dia útil do mês subsequente; prorrogação de prazo de compensação de banco de horas; antecipação de feriados; e postergação de pagamento de FGTS, além da ferramenta de suspensão de contrato e reduções de jornadas de trabalho.
- Negociou postergação de pagamentos de parcelas de empréstimos e financiamentos existentes junto a bancos públicos e privados, visando mitigar os riscos de liquidez.
- Firmou contrato com BNDES, para captação de linhas de créditos de agências ligadas ao setor para incentivo econômico.

Levando em consideração que a capacidade de geração de receitas da Companhia está diretamente relacionada ao público de seus cinemas, uma vez que houve o fechamento de suas salas, as receitas desde abril de 2020 estão se realizando em níveis abaixo do fluxo normal. Em setembro de 2020, algumas entidades competentes iniciaram o processo de autorização para abertura das salas de cinemas. Em fevereiro de 2021 operamos 22 (vinte e dois) complexos cinematográficos, mantendo apenas 04 (quatro) fechados, porém com o agravamento do cenário da pandemia pelo Brasil, houve necessidade de novo fechamento de todos os complexos, que reabriram a medida da melhoria nos indicadores.

Ainda há uma incerteza significativa sobre como a pandemia ainda afetará os negócios do Grupo em períodos futuros, como se comportará a demanda dos consumidores por filmes e como as distribuidoras de filmes lançarão suas produções.

Levando todos os fatos citados em consideração, a administração criou cenários distintos de fluxo de caixa, considerando um período de 12 meses, a partir da data de autorização dessas demonstrações financeiras.

As premissas criadas são baseadas no potencial do mercado exibidor para os próximos meses, levando em consideração os lançamentos previstos, e remarcações de datas de estreias previstas, além das restrições e regulamentações decorrentes da COVID-19, juntamente com as respostas propostas pela administração ao longo do período.

O cenário base desenhado contempla, no geral do ano, um fluxo reduzido de vendas quando comparado a anos anterior, porém com uma redução mais drástica nos 03 (três) primeiros meses do ano. Nos custos existe previsão de: 1) utilização do benefício de redução de custos de ocupação auferidos através da renegociação, por 06 meses após a reabertura; 2) utilização de redução de custos com pessoal, através de manutenção de equipes mínimas, ou redução de jornada de trabalho; 3) ações gerais realizadas de redução de custos e despesas da estrutura habitual do cinema. Neste cenário base, espera-se que o Grupo tenha um nível de caixa tolerável para os próximos 12 meses.

Em um cenário intermediário, onde o Grupo considera incremento de receitas com melhor *market share*, redução de percentuais de custos com distribuição de filmes e renegociação de contratos de aluguel em condições mais benéficas em alguns cinemas da rede que possuem custos de ocupação maiores. Neste cenário, espera-se que o Grupo tenha um nível de caixa tolerável para os próximos 12 meses.

E por último, em um cenário mais pessimista, que incluiu uma queda mais drástica de vendas ao longo do ano, a Companhia considera ações adicionais para minimizar o impacto negativo que tal queda de vendas traria ao fluxo, tais como: 1) renegociação de condições de custo de ocupação para o ano de 2021; 2) Pleitear junto a bancos públicos e privados nova prorrogação de pagamentos de parcelas, e renegociação de prazos de contrato; 3) Renegociação com demais fornecedores relevantes do Grupo. Neste cenário pessimista, apesar do fluxo menor de vendas, com as ações propostas espera-se que o Grupo tenha um nível de caixa mais tolerável para os próximos 12 meses.

Com base na avaliação, e considerando ainda existir grande imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos no decorrer dos próximos meses, a Administração concluiu que existem incertezas que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Mesmo assim, a Administração considera que o pressuposto de continuidade continua válido, considerando todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional.

2 Relação das entidades controladas

- As controladas do Grupo, consolidadas nestas demonstrações financeiras são: Redecine RIO Cinematográfica S.A e Redecine BRA Cinematográfica S.A.
- Em 31 de janeiro de 2019 as empresas: Redecine Litoral Cinematográfica Ltda. e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.
- Em 31 de março de 2019 as empresas: Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.

- Em 30 de setembro de 2019 as empresas: Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Redecine HRT Cinematográfica Ltda e Bombocine HRT Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.
- Em 30 de setembro de 2019 a empresa Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A., foi incorporada pela empresa Redecine RIO Cinematográfica S.A.
- Em 31 de outubro de 2019 a empresa Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A. foi incorporada pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.
- Em outubro de 2019 a empresa CCM Participações Ltda foi encerrada.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 26 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 18 e 22** - direito de uso e passivos de arrendamentos: definição dos prazos de arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16 e 17** – Imobilizado e intangível - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (ágio) e ativo imobilizado (UCG – Cinemas): principais premissas em relação aos valores recuperáveis ;
- **Nota explicativa nº 18 e 22** - direito de uso e passivos de arrendamentos: (principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos); e
- **Nota explicativa nº 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para passivos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo e passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Empréstimos e financiamentos	Resultado Operacional Ajustado: O valor justo é determinado com base na expectativa de resultado futuro de cada complexo, trazendo tais montantes a valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados, envolvendo julgamentos sobre os resultados futuros de cada complexo no momento inicial da contratação, bem como sobre a taxa de desconto utilizada, tais estimativas são anualmente revisitadas, analisando as premissas utilizadas e possíveis alterações para as próximas projeções e tal diferença influenciará no resultado.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

a. Mudança nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

b. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladora são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em entidades controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações contábeis consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações nas controladas Redecine RIO Cinematográfica S.A. e Redecine BRA Cinematográfica S.A.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

d. Receita líquida de vendas

(i) *Vendas de mercadorias - Bomboniere*

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita da venda destas mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(ii) *Prestação de serviços*

A receita com bilheteria é reconhecida no resultado com base nas movimentações de bilhetes efetivamente utilizados. Tais bilhetes são vendidos pela internet, nas bilheterias e totens de autoatendimento de cada multiplex.

As receitas de mídia em tela são reconhecidas de acordo com as inserções de propaganda de nossos clientes realizadas durante o mês.

O total da contraprestação desses serviços é atribuída aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenções governamentais

A diferença entre o valor contratual dos empréstimos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento e o valor presente e justo, são segregados na conta de subvenções governamentais. Tal conta será apropriada linearmente ao resultado, na rubrica de outras receitas, levando em consideração os prazos contratuais de cada modalidade de dívida.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos, receitas com ganho em aplicações financeiras, descontos obtidos e receitas com subvenções governamentais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

h. Imposto de renda e contribuição social

No caso das empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, a base presumida para cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são de 8% e 12% respectivamente, sobre a base presumida apurada, incidirá a alíquota do imposto de renda para o exercício corrente de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e para a contribuição social de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem o Grupo a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos na linha de 'outras receitas e outras despesas' pelo valor líquido da operação.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação estão mencionadas abaixo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 % a.a.	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 33 % a.a.	3 a 20 anos
Equipamentos de Informática	20 % a.a.	5 anos
Benfeitorias em prédios de terceiros	7 % a.a.	15 anos
Outros	4 % a.a.	25 anos

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas e outras despesas" na demonstração do resultado.

k. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem os sistemas de informática (*softwares*), direitos autorais e direito de uso comercial, que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo varia de 5 a 25 anos, com taxa média de amortização anual de 20,7%.

O ágio reconhecido no intangível tem origem no resultado da aquisição de combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA). O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Os direitos readquiridos têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), sofrendo amortização no prazo de 02 anos.

Os direitos em contratos de aluguel têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), sofrendo amortização de acordo com o determinado em cada contrato de locação, de 2 a 8 anos.

l. Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso na data de início do arrendamento. Tais ativos são mensurados inicialmente pelo custo, trazido a valor presente, e posteriormente deduzindo a depreciação acumulada, bem como eventuais perdas ao valor recuperável. O valor registrado poderá ser ajustado quando houver qualquer remensuração do referido contrato.

(i) Definição de arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação.

(ii) Políticas contábeis

O Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento sempre que realiza uma operação de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente pelo custo do contrato, a valor presente, e posteriormente, deduzindo a depreciação acumulada e as perdas ao valor recuperável, podendo sofrer reajustes, caso ocorra a remensuração do referido contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. Esta definição de utilização de taxa de juros nominal, na avaliação da Companhia, é a que melhor reflete as características de seus contratos.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certo de exercer essas opções têm impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

(iii) Passivos de arrendamento

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo, para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente seis meses antes do vencimento do contrato quando identificamos a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A taxa incremental corresponde a uma taxa que seria paga no início do contrato de arrendamento para um empréstimo com prazo e garantias semelhantes, para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente similar.

O Grupo optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo, apresenta um intervalo de 12,10% ao ano a 14,72% ao ano.

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Contas a receber de clientes e outros créditos são reconhecidos inicialmente quando emitidos.

Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e apenas quando, o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA e VJR.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócios

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso ao Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Atualmente, o Grupo possui ativos financeiros classificados a custo amortizado. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, são reconhecidos pelo valor presente da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor presente da dívida, caracterizando como subvenção governamental.

Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Investimento, são reconhecidos pelo valor justo da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor justo da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo valor justo.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando as obrigações contratuais aos fluxos de caixa do passivo expiram ou são canceladas. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos do contrato são modificados e os termos dos fluxos de caixa são substancialmente diferentes, nestes casos um novo passivo financeiro é reconhecido baseado nestes novos termos.

(iv) Compensação

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

n. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

o. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados a custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; ou
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste de valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não maior que um segmento operacional

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

p. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

q. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 porém não impactaram nas demonstrações financeiras do Grupo, tais como :

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

9 Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades em moeda nacional	237	336	3	-
Bancos conta movimento	634	2.382	21	48
<i>Aplicações financeiras</i>				
Aplicação Itaú	7.326	-	-	-
Aplicação Banco Santander	28	3.227	-	3.035
	8.225	5.945	24	3.083

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional.

O saldo de disponibilidade em moeda nacional refere-se aos saldos de caixa disponível nos cinemas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Grupo possuía aplicações de curto prazo em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% do CDI), sendo que tais recursos são resgatados a medida da necessidade de caixa operacional.

10 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações financeiras de longo prazo				
Aplicação Banco ABC	-	205	-	205
Aplicação Banco Santander	270	270	70	70
Aplicação Banco Itaú	5.123	4.814	-	999
Aplicação Banco Caixa Econômica Federal	-	1.988	-	-
	5.393	7.277	70	1.274

As aplicações financeiras estão vinculadas às operações secundárias de empréstimos e financiamentos, conforme detalhado na Nota explicativa nº 20.

As aplicações referem-se, em sua maioria, a investimentos em fundo de investimentos e em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% a 101% CDI) e só poderão ser resgatados antecipadamente com autorização das instituições bancárias, ou integralmente na finalização do contrato de empréstimo e financiamento.

11 Contas a receber de clientes e outros créditos

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contas a receber de clientes					
Cartões de crédito e débito e Peixe Urbano		436	2.194	-	-
Veiculação de propaganda em tela		833	1.423	57	107
Venda de ingressos pela internet		57	188	-	-
Venda de ingressos corporativos		241	488	-	64
Aluguel de salas, sessões fec. e esc.		185	203	-	-
Créditos <i>VPF-Firtual Print Fee</i>		74	222	74	222
Outros clientes		235	326	63	129
Perda por redução ao valor recuperável		(550)	(435)	(136)	(91)
Partes relacionadas	30	10	-	10	49
		1.521	4.609	68	480
Outros créditos					
Circulante					
Adiantamentos a fornecedores		839	591	325	104
Adiantamentos a funcionários		23	30	6	6
Verbas de marketing e performance		35	179	36	179
		897	800	367	289
Não circulante					
Partes relacionadas	30	611	611	611	611
Depósitos recursais		158	155	-	-
		769	766	611	611
		1.666	1.566	978	900

a. Composição por vencimento das contas a receber de clientes

	Consolidado	Controladora
--	--------------------	---------------------

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<i>Aging contas a receber de clientes</i>				
Vencidos	1.150	757	160	213
A vencer 03 meses	553	4.204	40	309
A vencer 06 meses	283	12	3	-
A vencer acima de 6 meses	85	71	1	-
	<u>2.071</u>	<u>5.044</u>	<u>204</u>	<u>522</u>

Os valores vencidos estão representados por instituições públicas no valor de R\$ 98 e instituições privadas de R\$ 1.052. A Administração do Grupo constitui provisão para redução do valor recuperável vencido há mais de 30 dias, combinada com a análise da administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencido para os quais são estabelecidas provisões quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar os valores devidos nos prazos originais de contas a receber. Além disso, o Grupo considera a estimativa de perdas esperadas, mensurando a taxa de perda de crédito esperada calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos dois anos. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão para redução do valor recuperável, no consolidado do Grupo, foi de R\$ 550 (R\$ 435 em 31.12.2019).

b. Composição do contas a receber vencidos por grupo de clientes (Consolidado)

Vencidos	Vencidos	Vencido acima de 180 dias	Vencido de 91 a 180 dias	Vencido até 90 dias	Total
Órgãos Públicos	98	97	-	1	98
Privados	1.052	734	250	68	1.052
	<u>1.150</u>	<u>831</u>	<u>250</u>	<u>69</u>	<u>1.150</u>

c. Movimento de provisão para redução ao valor recuperável

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2019	272	68
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	397	42
Valores de provisões baixados	(234)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	435	91
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	352	90
Valores de provisões baixados	(237)	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	550	136

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Resultado		
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	(352)	(397)
Valores de provisões baixados	237	234
Perdas efetivas	(221)	(64)
	(336)	(227)
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	(573)	(461)
Reversão	237	234
	(336)	(227)
	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Resultado		
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	(90)	(42)
Valores de provisões baixados	45	19
Perdas efetivas	(140)	-
	(185)	(23)
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	(230)	(42)
Reversão	45	19
	(185)	(23)

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 550, refere-se à constituição de provisão de R\$ 97 para empresas públicas e R\$ 453 de empresas privadas.

12 Estoques (Consolidado)

O saldo de estoques é composto por materias de consumo - óculos 3D e canudos de refrigerante e mercadorias para revenda - pipocas, refrigerantes, sucos, doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, utilizados nas bombonieres dos cinemas.

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Material de consumo (óculos 3D e canudos)	802	771
Pipocas	222	370
Refrigerantes	224	363
Doces (balas, doces, bombons)	37	92
Souveniers	37	228
Bebidas (águas, sucos, etc.)	13	49
Brinquedos	1	1
Itens bombo vip (vinhos, doces e salgados finos)	19	55
	1.355	1.929

Com o fechamento geral dos cinemas em 19 de março de 2020, a administração adotou a política de vendas de produtos com prazos de vencimentos próximos, minimizando assim as perdas em estoques, e os produtos vencidos remanescentes, cujos cinemas ainda não reabriram, são baixados dos estoques a medida que seu vencimento ocorra. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração possuía expectativa de realização de seus estoques, sendo assim nenhuma provisão de perda foi constituída.

13 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
IRRF a recuperar	162	144	28	49
PIS / COFINS a compensar	6.484	6.152	2	-
IRPJ e CSLL a compensar	2.031	1.019	11	3
Outros impostos a recuperar	198	186	23	7
	8.875	7.501	64	59
Não circulante	3.601	4.540	-	-
Circulante	5.274	2.961	64	59
	8.875	7.501	64	59

O saldo apresentado na parcela não circulante refere-se a créditos sobre ativos que serão recuperados no longo prazo considerando a apropriação conforme estabelecido nos termos da lei. O saldo apresentado na parcela circulante refere-se a créditos que serão recuperados no curto prazo em contrapartida aos impostos devidos sobre as receitas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a movimentação do saldo de PIS e COFINS a recuperar apresentou os seguintes valores:

	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Crédito sobre aquisição de ativos	978	4.505	5.483
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	59	264	323
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	73	273	346
Em 31 de dezembro de 2019	1.110	5.042	6.152
Entradas			
Crédito retidos na fonte	-	-	-
Crédito sobre aquisição de ativos	2	7	9
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	852	3.928	4.780
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	1	3	4
	855	3.938	4.793
Compensações			
Crédito retidos na fonte	-	-	-
Crédito sobre aquisição de ativos	(171)	(782)	(953)
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	(598)	(2.762)	(3.360)
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	(39)	(109)	(148)
	(808)	(3.653)	(4.461)
Em 31 de dezembro de 2020	1.157	5.327	6.484

	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Crédito sobre aquisição de ativos	809	3.730	4.539
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	313	1.430	1.743
Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS	35	167	202
	<u>1.157</u>	<u>5.327</u>	<u>6.484</u>

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Líquido		Resultado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custos distribuição e demais despesas	1.293	2.029	-	-	1.293	2.029	(736)	655
Custo atribuído imobilizado	-	-	(148)	(230)	(148)	(230)	82	32
Contingências	59	377	-	-	59	377	(318)	18
Diferença de depreciação fiscal e societária	-	-	(6.699)	(6.358)	(6.699)	(6.358)	(341)	(1.131)
Custo veiculação de propaganda	7	22	-	-	7	22	(15)	(8)
Redução valor recuperável de contas a receber	140	148	-	-	140	148	(8)	59
Diferenças temporárias - IFRS16	2.900	927	-	-	2.900	927	1.973	927
Diferido combinação de negócios	-	-	(883)	(1.308)	(883)	(1.308)	425	557
Redução valor recuperável de imobilizados	555	-	-	-	555	-	555	-
	4.954	3.503	(7.730)	(7.896)	(2.776)	(4.393)	1.617	1.109
Diferido ativo	-	-	-	-	-	1.018	-	-
Diferido passivo	-	-	-	-	(2.776)	(5.411)	-	-
Líquido	-	-	-	-	(2.776)	(4.393)	-	-

Controladora							
Ativo		Passivo		Líquido		Resultado	
31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custos distribuição e demais despesas	-	661	-	-	661	(661)	433
Custo atribuído imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Contingências	-	345	-	-	345	(345)	21
Diferença de depreciação fiscal e societária	-	-	(26)	(32)	(26)	(32)	6
Custo veiculação de propaganda	-	13	-	-	13	(13)	(9)
Perda por redução ao valor recuperável	-	31	-	-	31	(31)	9
	-	1.050	(26)	(32)	(26)	1.018	(1.044)
Diferido Ativo	-	-	-	-	1.018	-	-
Diferido Passivo	-	-	-	-	(26)	-	-
Líquido	-	-	-	(26)	1.018	-	-

a. Composição dos saldos

O Grupo utiliza regime tributário de apuração pelo lucro real para as seguintes empresas: Redecine BRA Cinematográfica S.A., Redecine RIO Cinematográfica S.A. e Cinesystem S.A..

O Grupo calcula e registra seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos quando há probabilidade de o lucro futuro tributável estar disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros sujeitos, portanto, a alterações.

Pelo processo de incorporação realizado em 31 de janeiro de 2019, 31 de março de 2019 e 30 de setembro de 2019, os saldos de prejuízos fiscais das empresas Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Redecine Litoral Cinematográfica Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda., Redecine SLZ Cinematográfica Ltda. e Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda. não são mais passíveis de aproveitamento. No ano 2019 o saldo de prejuízos fiscais estornados das empresas incorporadas foi de R\$ 1.206 e somando com os saldos de exercícios anteriores, foi de R\$ 11.818.

As companhias com prejuízos fiscais acumulados não apresentam perspectiva de realização de lucro futuro, assim o Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos no valor de R\$ 17.177 sobre o prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 50.121.

Os prejuízos fiscais acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, somados aos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, totalizam R\$ 169.777 (R\$ 119.256 em 2019), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Saldo prejuízos fiscais em 01 de janeiro de 2019	109.458
Prejuízos fiscais do 2019	21.616
Baixa prejuízos fiscais - incorporação – 2019	(1.206)
Baixa prejuízos fiscais - incorporação - exercícios anteriores	(10.612)
Saldo prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2019	119.256
Prejuízos fiscais do 2020	50.121
Saldo prejuízos fiscais em 31 de dezembro 2020	169.777

b. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2020 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

Cálculo Presumido						
	31.12.2020			31.12.2019		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	26.719	26.719	-
Receitas financeiras	-	-	-	223	223	-
Base de cálculo						
Alíquota presunção vendas de mercadorias	8%	12%	-	8%	12%	-
Presunção vendas de mercadorias	-	-	-	2.361	3.429	-
Imposto de renda e contribuição social						
Alíquota	15%	9%	-	15%	9%	-
Adicional do imposto de renda	10%	-	-	10%	-	-
Total	-	-	-	479	308	787
	31.12.2020			31.12.2019		
Empresas de lucro real	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos impostos	(46.245)	(46.245)	-	3.851	3.851	-
Adições	40.147	40.147	-	50.884	50.884	-
Exclusões	(44.423)	(44.423)	-	(76.353)	(76.353)	-
Base tributável	(50.521)	(50.521)	-	(21.618)	(21.618)	-
IRPJ e CSLL lucro real	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL lucro real	-	-	-	-	-	-
	31.12.2020			31.12.2019		
Resumo IRPJ e CSLL	IR	CS	Total	IR	CS	Total
IRPJ e CSLL presumidos	-	-	-	479	308	787
IRPJ e CSLL lucro real	-	-	-	-	-	-
Total impostos correntes	-	-	-	479	308	787

No ano de 2019 algumas das empresas controladas eram tributadas pelo lucro presumido, assim o quadro acima apresenta os valores pagos a título de impostos correntes para tais empresas.

Durante o ano de 2019 houve incorporação de tais empresas por outras de lucro real.

15 Investimentos (Controladora)

Nenhuma das companhias controladas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

a. Movimentações dos investimentos

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Investimentos em sociedades controladas	16.051	53.238
	16.051	53.238
	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	53.238	51.503
Equivalência patrimonial	(36.365)	17.815
Equivalência patrimonial - combinação	(822)	(1.089)
Mudança percentual incorporação	-	9
Distribuição de lucros	-	(15.000)
	-	-
Saldo final	16.051	53.238

b. Movimentação de investimento analítico

	Redecine LEO Cin. Ltda.	Bombocine LEO Com. Alim. Ltda.	Redecine FLN Prom. Cin. Ltda.	Bombocine FLN Com. Alim. Ltda.	Redecine Rio Cin. S.A.	Bombocine Rio Com. Alim. S.A.	Redecine Litoral Cin. Ltda.	Bombocine Litoral Com. Alim. Ltda.	Redecine SLZ Cin. Ltda.
(a) Participação capital em 31 de dezembro de 2020									
% Participação	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	100,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%	0,0000%
Quantidade total de quotas:	-	-	-	-	26.568.813	-	-	-	-
Quantidade de quotas possuídas:	-	-	-	-	26.568.813	-	-	-	-
(b) Informação controladas em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	(4.523)	-	-	-	-
Capital social	-	-	-	-	26.569	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	7	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	61	-	-	-	-
Resultado de exercícios anteriores	-	-	-	-	(19.948)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(11.212)	-	-	-	-
Movimentação exercício findo em 31 dezembro de 2020									
Saldo em 01 de janeiro de 2019	845	914	2.011	1.347	(8.039)	12.309	1.693	1.004	3.413
Incorporação de empresas controladas	(580)	(1.181)	(1.795)	(1.908)	12.865	(12.865)	(1.733)	(1.265)	(3.088)
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-	-	(3.000)	-	-	-
Equivalência patrimonial do exercício	(265)	267	(216)	561	1.862	3.556	40	261	(325)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	6.688	-	-	-	-
Equivalência patrimonial do exercício	-	-	-	-	(11.212)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	(4.524)	-	-	-	-

Cinesystem S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020

	Bombocine SLZ Com. Alim. Ltda.	Redecine Hortolândia Cin. Ltda.	Bombocine Hortolândia Com. Alim. Ltda.	Redecine BRA Cin. S.A.	Bombocine BRA Com. Alim. S.A.	Purchase Price Allocation (PPA)	Total
(a) Participação capital em 31 de dezembro de 2020							
% Participação	0,0000%	0,0000%	0,0000%	100,0000%	0,0000%	0,0000%	-
Quantidade total de quotas:	-	-	-	160.618.250	-	-	187.187.063
Quantidade de quotas possuídas:	-	-	-	160.618.250	-	-	187.187.063
(b) Informação controladas em 31 de dezembro de 2020							
Capital social	-	-	-	11.334	-	-	6.811
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	70.280	-	-	96.849
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	283	-	-	290
Resultado de exercícios anteriores	-	-	-	96	-	-	157
Resultado do exercício	-	-	-	(34.738)	-	-	(54.686)
	-	-	-	(25.153)	-	-	(36.365)
Movimentação exercício findo em 31 dezembro de 2020							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	832	795	826	15.089	7.312	11.152	51.503
Incorporação de empresas controladas	(695)	(205)	(634)	20.260	(7.176)	-	-
Lucros recebidos de controladas	(1.000)	-	(1.000)	-	(10.000)	-	(15.000)
Equivalência patrimonial do exercício	863	(590)	808	1.129	9.864	-	17.815
Equivalência patrimonial mudança part.	-	-	-	9	-	-	9
Eq. patr. - combinação de negócios	-	-	-	-	-	(1.089)	(1.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	36.487	-	10.063	53.238
Equivalência patrimonial do exercício	-	-	-	(25.153)	-	-	(36.365)
Eq. patr. - combinação de negócios	-	-	-	-	-	(822)	(822)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	11.334	-	9.241	16.051

- (i) Em 31 de janeiro de 2019, as empresas controladas Redecine Litoral Cinematográfica Ltda. e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda., foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (ii) Em 31 de março de 2019, as empresas controladas Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda., Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda. e Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (iii) Em 30 de setembro de 2019, as empresas controladas Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Redecine HRT Promoções Cinematografia Ltda. e Bombocine HRT Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..
- (iv) Em 30 de setembro de 2019, a empresa controlada Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A..foi incorporada pela Redecine RIO Cinematográfica S.A..
- (v) Em 31 de outubro de 2019, a empresa controlada Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A..foi incorporada pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..

c. Informações dos investimentos nas controladas

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Resultado	% Part.
Em 31 de dezembro de 2019							
Redecine LEO Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	840	(265)	99,99%
Bombocine LEO Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	467	267	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Brasil	-	-	-	1.665	(216)	99,99%
Bombocine FLN Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	839	561	99,99%
Redecine Rio Cin. S.A.	Brasil	50.594	43.906	6.688	50.583	1.862	100,00%
Bombocine Rio Com. Alim. S.A.	Brasil	-	-	-	5.954	3.556	100,00%
Redecine Litoral Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	787	40	99,99%
Bombocine Litoral Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	389	261	99,99%
Redecine SLZ Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	7.647	(325)	99,99%
Bombocine SLZ Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	1.418	863	99,99%
Redecine Hortolândia Cin. Ltda.	Brasil	-	-	-	3.306	(590)	99,99%
Bombocine Hortolândia Com. Alim. Ltda.	Brasil	-	-	-	1.290	808	99,99%
Redecine BRA Cin. S.A.	Brasil	147.614	111.127	36.487	93.524	1.129	99,99%
Bombocine BRA Com. Alim. S.A.	Brasil	-	-	-	16.362	9.864	99,99%
		198.208	155.033	43.175	185.071	17.815	-
Purchase Price Allocation (PPA)	Brasil	-	-	10.063	-	(1.089)	-
		-	-	53.238	-	16.726	-
Em 31 de dezembro de 2020							
Redecine Rio Cin. S.A.	Brasil	43.985	48.509	(4.524)	14.420	(11.212)	100,00%
Redecine BRA Cin. S.A.	Brasil	139.734	128.400	11.334	31.626	(25.153)	99,99%
		183.719	176.909	6.810	46.046	(36.365)	-
Purchase Price Allocation (PPA)	Brasil	-	-	9.241	-	(822)	-
		-	-	16.051	-	(37.187)	-

16 Imobilizado

a. Composição do saldo

Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Consolidado	
				31.12.2020	31.12.2019
Móveis e utensílios	10%	20.131	(10.270)	9.861	11.005
Máquinas e equipamentos	5 a 33 % a.a.	46.250	(24.319)	21.931	27.598
Equipamentos de informática	20%	5.839	(4.808)	1.031	1.536
Benfeitorias imóvel de terceiros	7%	112.963	(47.659)	65.304	72.904
Outros	4%	28	-	28	28
(-) Redução ao valor recuperável ⁽ⁱ⁾		(1.905)	-	(1.905)	-
		183.306	(87.056)	96.250	113.071
Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Controladora	
				31.12.2020	31.12.2019
Móveis e utensílios	10%	206	(123)	83	98
Máquinas e equipamentos	5 a 33 % a.a.	142	(88)	54	68
Equipamentos de informática	20%	476	(345)	131	158
Benfeitorias em imóvel de terceiros	7%	581	(201)	380	162
	-	1.405	(757)	648	486

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, pelos impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, o Grupo realizou teste do valor recuperável de seus ativos e identificou necessidade de reconhecimento de provisão no montante de R\$ 1.905.

b. Movimentação do custo e depreciação

Consolidado						
	31.12.2019	Transf.	Adições	Alienação e baixas	Red. valor recuperável	Depreciação
Móveis e utensílios	11.005	(14)	221	-	-	(1.351)
Máquinas e equipamentos	27.598	30	155	(1.260)	-	(4.592)
Equipamentos de informática	1.536	6	94	(28)	-	(577)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	72.904	(22)	935	-	-	(8.513)
Outros	28	-	-	-	-	-
(-) Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	(1.905)	-
	113.071	-	1.405	(1.288)	(1.905)	(15.033)
						96.250

	31.12.2018	Transf.	Adições	Alienação e baixas	Depreciação	31.12.2019
Móveis e utensílios	11.502	(38)	870	(4)	(1.325)	11.005
Máquinas e equipamentos	27.191	44	4.341	(566)	(3.412)	27.598
Arrend. Financ. máq. e equip. ⁽ⁱ⁾	3.607	(3.607)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	1.713	11	486	-	(674)	1.536
Benfeitorias em imóvel de terceiros	79.527	(17)	1.941	(5)	(8.542)	72.904
Outros	28	-	-	-	-	28
Adiantamento a fornecedores	2.732	-	(2.732)	-	-	-
	126.300	(3.607)	4.906	(575)	(13.953)	113.071

(i) Os contratos de arrendamento financeiros classificados anteriormente como ativo imobilizado, foram transferidos para direito de uso a partir da entrada em vigor do CPC 06/IFRS16.

Controladora				
	31.12.2019	Adições	Depreciação	31.12.2020
Móveis e utensílios	98	4	(19)	83
Máquinas e equipamentos	68	-	(14)	54
Equipamentos de informática	158	25	(52)	131
Benfeitorias imóvel de terceiros	162	248	(30)	380
	486	277	(115)	648

Controladora				
	31.12.2018	Transferência	Adições	Depreciação
Móveis e utensílios	109	2	6	(19)
Máquinas e equipamentos	81	-	-	(13)
Equipamentos de informática	162	-	49	(53)
Benfeitorias em imóvel de terceiros	137	(2)	45	(18)
	489	-	100	(103)
				486

c. Garantias

Na data das informações contábeis, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor total de R\$ 6.410 (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme detalhado na Nota explicativa nº 20.

d. Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O Grupo anualmente avalia possíveis indícios de problemas com a recuperabilidade dos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs.

Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de suas UGCs (cinemas) baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. A taxa de crescimento média foi de 4,0%.

A taxa de desconto de 15,49% foi estimada com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, os impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da entidade.

Em uma das UGCs do Grupo foi identificado valor recuperável estimado inferior ao valor contábil de seus ativos, sendo assim foi realizada a contabilização de provisão de redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.905.

Nas demais UGCs, o valor recuperável estimado para as UGCs foi superior ao seu valor contábil e, por esse motivo, não houve contabilização de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

e. Custos e despesas com depreciação no exercício

O montante de R\$ 15.033 (R\$ 13.953 em 31.12.2019) refere-se à depreciação de imobilizados reconhecida no resultado do exercício apresentados como despesas de depreciação, conforme Nota explicativa nº 27.

f. Revisão e ajuste da vida útil estimada

O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Durante a última revisão não foram identificadas mudanças na política de vida útil adotada.

17 Intangível

a. Composição do saldo

Rubrica	Taxa de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Consolidado	
				31.12.2020	31.12.2019
Direitos autorais	4%	72	(13)	59	47
Sistemas de informática	5%	1.493	(1.148)	345	509
Direito de uso comercial	7%	1.532	(1.026)	506	590
Ágio combinação de negócios (i)	-	7.637	-	7.637	7.637
Direitos readquiridos (ii)	50%	1.936	(1.936)	-	565
Contratos de aluguel (ii)	39%	4.244	(1.649)	2.595	3.277
		16.914	(5.772)	11.142	12.625

Rubrica	Taxa de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Controladora	
				31.12.2020	31.12.2019
Direitos autorais	4%	72	(13)	59	46
Sistemas de informática	5%	535	(439)	96	153
		607	(452)	155	199

b. Movimentação do custo e amortização

Consolidado				
	31.12.2019	Adições	Amortização	31.12.2020
Direitos autorais	47	16	(4)	59
Sistemas de computadores	509	26	(190)	345
Direito de uso comercial	590	-	(84)	506
Ágio combinação de negócios (i)	7.637	-	-	7.637
Direitos readquiridos (ii)	565	-	(565)	-
Contratos de aluguel (ii)	3.277	-	(682)	2.595
	12.625	42	(1.525)	11.142

	31.12.2018	Adições	Amortização	31.12.2019
Direitos autorais	16	37	(6)	47
Sistemas de computadores	480	321	(292)	509
Direito de uso comercial	675	-	(85)	590
Ágio combinação de negócios (i)	7.637	-	-	7.637
Direitos readquiridos (iii)	1.533	-	(968)	565
Contratos de aluguel (iii)	3.959	-	(682)	3.277
	14.300	358	(2.033)	12.625

- (i) Refere-se ao ágio decorrente da combinação de negócios com as empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. de R\$ 5.535, acrescido 34% de impostos diferidos incidentes sobre intangíveis de direitos readquiridos e contratos de alugueis de R\$ 2.102, totalizando R\$ 7.637. O referido ágio baseia-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Em 31 de dezembro de 2020 foi efetuada análise de *impairment* e não foi identificado perda.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios decorrente da aquisição das empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.. Os direitos readquiridos estão sendo amortizados pelo prazo de 2 anos e os contratos de aluguel o prazo médio de 2,5 anos a 7,5 anos.

Controladora			
	31.12.2019	Adições	Amortização
Direitos autorais	46	16	(3)
Sistemas de computadores	153	25	(82)
	199	41	(85)

	Controladora			
	31.12.2018	Adições	Amortização	31.12.2019
Direitos autorais	16	36	(6)	46
Sistemas de computadores	154	89	(90)	153
	170	125	(96)	199

c. Teste de redução ao valor recuperável

Ágio de expectativa de realidade futura

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado integralmente para as UGCs do Grupo Rio, uma vez que tal ágio teve origem na combinação de negócios realizada em agosto de 2018 com o referido Grupo. O valor recuperável destas UGCs foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo das UGCs. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este exercício. A taxa de desconto foi estimada com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que cada UGC opera.

As projeções levaram em consideração as experiências passadas, os impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da entidade.

O valor recuperável estimado para as UGCs foi superior ao seu valor contábil e, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis foi contabilizada.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	31.12.2020
Taxa de desconto ao ano	15,49%
Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	4,0%
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média próximos cinco anos)	8,4%

A taxa de desconto foi estimada após impostos, com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 15,49% ao ano.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas para o ano de 2020, com o cenário de fechamento dos cinemas e queda de vendas nos meses subsequentes à abertura. Para 2021 a projeção contempla um nível mais baixo de faturamento, retornando aos patamares quase normais a partir de 2022, mantendo previsão de crescimento na perpetuidade após 2025. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Receitas: projetadas de 2020 adequadas a realidade atual, com reabertura gradual de cinemas e queda de vendas após a abertura, para 2021 em patamares mais baixos que os normais do setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 4,0%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor de exibição no momento da projeção, sem considerar nenhum incremento de novas salas;
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e
- Taxa de desconto: 15,49% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 19.431.

A taxa de desconto é uma taxa após os impostos, baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração.

O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita e os reflexos trazidos pela pandemia do COVID-19. O crescimento das receitas para os próximos anos foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos, de acordo informações obtidas fontes externas que publicam análises estatísticas das tendências de mercado de longo prazo.

d. Custos e despesas com amortização no exercício

O montante de R\$ 1.525 (R\$ 2.033 em 31.12.2019) refere-se à amortização de intangíveis reconhecida no resultado do exercício, apresentados como despesas de depreciação e amortização, conforme Nota explicativa nº 27.

18 Direitos de uso de ativo (Consolidado)

a. Composição do saldo

Consolidado					
Rubrica	Taxa de amort. %	Custo corrigido	Amortização acumulada	31.12.2020	31.12.2019
Direito de uso de imóveis (i)	5% a 20%	65.599	(19.584)	46.015	47.300
Direito de uso de projetores (ii)	33%	3.463	(2.308)	1.155	2.309
Direito de uso de arrendamentos financeiros (iii)	10%	4.070	(1.238)	2.832	3.387
		73.132	(23.130)	50.002	52.996

Controladora					
Rubrica	Taxa de amort. %	Custo corrigido	Amortização acumulada	31.12.2020	31.12.2019
Direito de uso de imóveis (i)	25%	393	(35)	358	-
		393	(35)	358	-

b. Movimentação do custo e amortização

Consolidado					
	31.12.2019	Novos contratos	Reajustes e prorrogações	Amortização	31.12.2020
Direito de uso de imóveis ⁽ⁱ⁾	47.300	393	8.644	(10.322)	46.015
Direito de uso de projetores ⁽ⁱⁱ⁾	2.309	-	-	(1.154)	1.155
Direito de uso de arrendamentos financeiros projetores ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.387	-	-	(555)	2.832
	52.996	393	8.644	(12.031)	50.002

	01.01.2019	Reajustes e prorrogações	Transf.	Amortização	31.12.2019
Direito de uso de imóveis ⁽ⁱ⁾	52.390	4.171	-	(9.261)	47.300
Direito de uso de projetores ⁽ⁱⁱ⁾	3.463	-	-	(1.154)	2.309
Direito de uso arrendamentos financeiros projetores	-	-	3.607	(220)	3.387
	55.853	4.171	3.607	(10.635)	52.996

	Controlada			
	31.12.2019	Novos contratos	Amortização	31.12.2020
Direito de uso de imóveis ⁽ⁱ⁾	-	393	(35)	358
	<u>-</u>	<u>393</u>	<u>(35)</u>	<u>358</u>

- (i) Direitos de uso de imóveis referem-se a contratos de locação das salas de cinemas e escritório administrativo, avaliados conforme previsto do CPC 06/IFRS16 que entrou em vigor a partir do dia 01.01.2019.
- (ii) Direitos de uso de projetores referem-se a contratos de locação de projetores de exibição cinematográfica, adquiridos no processo de digitalização Virtual Print Fee, avaliados conforme previsto do CPC 06/IFRS16 que entrou em vigor a partir do dia 01.01.2019.
- (iii) Refere-se ao direito de uso de projetores e caixas de som, que com a entrada em vigor do CPC06/IFRS16 foram transferidos do grupo de ativos imobilizados, para ativos de direito de uso, tais valores referem-se a projetores e equipamentos de som.

c. As movimentações dos direitos de uso estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	59.460
(+) Reajustes previstos em contratos	3.579
(+) Prorrogação de contratos	592
(-) Amortização de direito de uso	(10.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	52.996
(+) Reajustes e prorrogações de contratos	8.644
(+) Novos contratos de direito de uso de imóveis	393
(-) Amortização de direito de uso	(12.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.002

d. Custos e despesas com amortização no exercício

O montante de R\$ 12.031 (R\$ 10.635 em 31.12.2019) refere-se à amortização de direitos de uso reconhecida no resultado do exercício, na linha de custos com depreciação, conforme Nota explicativa nº 27.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores e outras contas a pagar					
Fornecedores mercado interno		3.598	2.945	122	210
Partes Relacionadas	30	770	774	402	406
Aluguéis		6.663	2.156	16	9
Energia elétrica		280	193	1	3
Prov. distrib., veic. telas e desp. ⁽ⁱ⁾		6.008	6.344	2.059	1.988
ECAD (<i>Escritório Central de Arrecadação e Distribuição</i>)		-	179	-	-
Outros valores a pagar		250	171	2	54
		<u>17.569</u>	<u>12.762</u>	<u>2.602</u>	<u>2.670</u>

- (i) O saldo apresentado contempla todas as provisões de despesas e custos realizadas pelo Grupo, como valores mais relevantes temos: provisões de repasses à distribuidora de filmes - baseado na venda de ingressos, R\$ 1.357; bônus sobre metas, R\$ 2.296; IPTU, R\$ 296; energia elétrica, R\$ 366; despesas jurídicas e de auditoria, R\$ 67; ECAD, R\$ 788; juros por atraso de contas a pagar, R\$ 718, e demais provisões, R\$ 120.

a. Composição por vencimento do contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<i>Aging contas a pagar</i>				
Vencidos	5.227	461	198	5
A vencer 06 meses	7.579	4.896	176	211
A vencer 07 meses a 12 meses	4.763	7.405	2.228	2.454
	<u>17.569</u>	<u>12.762</u>	<u>2.602</u>	<u>2.670</u>

20 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

Modalidade	Taxas	Garantias	Consolidado	
			31.12.2020	31.12.2019
Outros empréstimos				
Capital de giro	0,46% a 0,8540 a.m. + CDI	Recebíveis	4.140	4.800
Capital de giro	0,31% a 1,2 a.m.	Recebíveis	13.971	11.468
Progerem média grande empresa	TJLP + 5,00% a.a.	Recebíveis	-	93
Progerem média grande empresa	Selic + 5,33% a.a.	Recebíveis	-	93
Recursos BNDES – FAT	1% a.a. + TJLP	Recebíveis + alienação de máquinas	6.179	6.682
BNDES Procult	2,78% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	3.586	3.584
BNDES Recursos Próprios Indexador IPCA	9% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	1.584	1.391
Saldo devedor em conta corrente	8% a.m.		-	-
Resultado Operacional Ajustado	sem juros	Aval dos acionistas (i) + recebíveis	371	236
			29.831	28.347
Fundo setorial audiovisual FSA				
Fundo setorial audiovisual – Financiamento	0% a 1,0% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	19.962	21.096
(-) Ajuste a valor presente			(2.990)	(4.638)
Valor presente fundo setorial audiovisual - Financiamento (a)			16.972	16.458
Fundo setorial audiovisual – Financiamento	0% a 1,0% a.a.	Sem garantias	16.130	-
(-) Ajuste a valor presente			(5.558)	-
Valor presente fundo setorial audiovisual - Financiamento (b)			10.572	-
Fundo setorial audiovisual - Investimento		Recebíveis + alienação de máquinas	47.688	47.822
(-) Ajuste a valor justo			(40.921)	(38.951)
Valor justo do fundo setorial audiovisual - Investimento (c)			6.767	8.871
			64.142	53.676
Não circulante			51.274	40.189
Circulante			12.868	13.487
			64.142	53.676

(i) Acionistas: O aval aos empréstimos e financiamentos do Grupo são concedidos pelo Sr. Marcos Rocha Magalhães Barros, fundador e responsável legal pela pessoa jurídica Agroup Participações S.A., acionista da Cinesystem S.A..

			Controladora	
Modalidade	Taxas	Garantias	31.12.2020	31.12.2019
Outros empréstimos				
Capital de giro	0,94% a 1,2 a.m.	Recebíveis	3.937	3.422
Capital de giro	0,46% a 0,8540 a.m. + CDI	Recebíveis	4.140	4.800
Saldo devedor em conta corrente	8% a.m.		1.600	-
			9.677	8.222
Não circulante			7.297	4.337
Circulante			2.380	3.885
			9.677	8.222

As movimentações realizadas no exercício são apresentadas abaixo:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.171	5.361
Captação de empréstimos e financiamentos	17.758	9.318
Provisão de juros	3.604	896
Pagamentos principal	(21.897)	(6.457)
Pagamentos juros	(3.140)	(896)
Ajuste a valor presente	1.995	-
Ajuste a valor justo	(4.815)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	53.676	8.222
Captação de empréstimos e financiamentos	31.517	15.121
Captação com subvenção governamental	16.000	-
(-) Ajuste a valor justo de captações com subvenção governamental	(5.739)	-
Provisão de juros	2.846	697
Pagamentos principal	(31.909)	(13.666)
Pagamentos juros	(2.108)	(697)
Ajuste a valor presente	1.828	-
Ajuste a valor justo	(1.969)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	64.142	9.677

Cronograma de vencimentos de empréstimos e financiamentos não circulantes:

Ano	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
2020	-	8.855	-	-
2021	12.237	6.201	4.041	2.377
2022	7.794	5.829	2.068	1.960
2023	4.713	4.340	1.188	-
2024 a 2031	26.530	14.964	-	-
Total	51.274	40.189	7.297	4.337

Compromissos (“covenants”)

Nos contratos celebrados junto ao BNDES, o Grupo dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

- Apresentar demonstrações financeiras auditadas anualmente por empresa de auditoria externa devidamente registrada na CVM;
- Não contratar, durante a vigência dos contratos, sem prévia anuência do BNDES, qualquer endividamento oneroso;
- Compor as “Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES” com respectivos saldos mínimos, apresentados nestas informações contábeis na conta denominada títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme Nota Explicativa nº 10;
- Não ceder, alienar, onerar, caucionar, ou por qualquer modo negociar ou vincular em favor de credor a receita do Grupo, salvo autorizado pelo BNDES; e
- Não distribuir dividendos superiores ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social anterior;
- Inserir, durante a vigência deste Contrato, banner virtual com a logomarca do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA e da ANCINE em sua página de internet, se houver, de forma a divulgar a colaboração do FSA.

Sem prévia autorização do BNDES, não alienar nem onerar bens de seu ativo não circulante, salvo quando se tratar:

- (a) de bens inservíveis ou obsoletos;
- (b) de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade;
- (c) de prestação de garantia real em virtude de determinação legal, para garantia do juízo em caso de ações judiciais e/ou processos administrativos, em que as FINANCIADAS figurem no polo passivo; e/ou
- (d) de propriedade fiduciária constituída em garantia a financiamentos para aquisição de equipamentos junto aos próprios fornecedores ou aos respectivos financiadores.

Sem prévia autorização do BNDES, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas, ressalvado:

- (a) os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das FINANCIADAS ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material; e
- (b) os descontos de efeitos comerciais de que a FINANCIADA seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços;
- Não reduzir capital durante a vigência do contrato de FSA Emergencial.

Todas as obrigações acima citadas estão sendo totalmente cumpridas pelo Grupo.

Ajuste a valor presente e valor justo

- (a) Os recursos recebidos pelo Grupo na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, com taxa de juros zero e 1% a.a., estão apresentados nesta nota a valor presente, sendo que para determinação do valor presente foi utilizada inicialmente a taxa de juros de 11,36% a.a. A diferença entre o valor contratual e o valor presente dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21.
- (b) Os recursos recebidos na modalidade Fundo Setorial Audiovisual Investimento possuem características diferenciadas em relação aos demais empréstimos, a amortização somente ocorrerá se o retorno do complexo (ROA - Resultado Operacional Ajustado) for positivo, sendo o cálculo anual, com prazo de investimento de 15 anos, exercício da assinatura do contrato e o vencimento da última parcela.

Tal valor encontra-se apresentado pelo valor justo, mensurando a expectativa de rentabilidade futura de cada complexo, atendendo ao exposto no CPC 48. A diferença entre o valor contratual e o valor justo dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21.

Garantias

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por aval dos acionistas, por máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 6.410, conforme Nota explicativa nº 16, títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 5.393, conforme Nota explicativa nº 10.

21 Subvenções governamentais (Consolidado)

De acordo com as características dos empréstimos e financiamentos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento, o Grupo aplica o CPC 07, onde benefícios econômicos oriundos de empréstimos governamentais, com taxas de juros abaixo da praticada pelo mercado devem ser tratados como subvenções governamentais. A diferença entre o valor justo e presente, versus o montante recebido, deve ser tratada como receita diferida e amortizada linearmente pelo prazo do contrato.

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Financiamento	6.624	8.681
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Emergencial	5.560	-
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Investimento	20.887	23.297
	33.071	31.978
Não circulante	28.160	27.512
Circulante	4.911	4.466
	33.071	31.978

As movimentações das subvenções governamentais estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	36.445
Novas liberações	-
Apropriação ao resultado	(4.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31.978
Novas liberações	5.739
Apropriação ao resultado	(4.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.071

22 Passivos de arrendamentos (Consolidado)

O Grupo arrenda espaços junto a shoppings para instalação de salas de exibição cinematográfica e comercialização de produtos de bomboniere. Os contratos de arrendamento são de cinco, dez e quinze anos, e a maioria é renovável no término do exercício de locação à taxa de mercado. De acordo com o CPC06/IFRS16, pelas características dos referidos contratos, a partir de 01.01.2019, os compromissos de arrendamento passam a ser apresentados no passivo, não mais compondo as despesas ou custos com arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Passivos de arrendamentos imóveis ⁽ⁱ⁾	58.242	49.855
Passivos de arrendamentos projetores de cinemas	4.020	4.199
	62.262	54.054
Não circulante	51.663	44.505
Circulante	10.599	9.549
	62.262	54.054
	Controlada	
	31.12.2020	31.12.2019
Passivos de arrendamentos imóveis ⁽ⁱ⁾	358	-
	358	-
Não circulante	304	-
Circulante	54	-
	358	-

O potencial direito de recuperação de PIS e COFINS embutido na contraprestação dos arrendamentos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31.12.2020		31.12.2019	
	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Fluxos de caixa				
Contraprestação do arrendamento de aluguel de imóveis	83.800	58.242	77.500	49.855
Contraprestação do arrendamento de aluguel de projetores de cinemas	4.095	4.020	4.506	4.199
Contraprestação do arrendamento de aluguel	87.895	62.262	82.006	54.054
PIS/Cofins potencial (9,25%)	8.130	5.759	7.586	5.000

As movimentações dos passivos de arrendamento estão demonstradas a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Novos passivos de direito de uso imóveis de cinemas	84.622
(-) Ajuste a valor presente imóveis de cinemas	(32.225)
Reajustes e prorrogações de contratos de imóveis de cinemas	6.359
(-) Ajuste a valor presente reajustes e prorrogações de contratos	(2.188)
(-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis de cinemas ⁽ⁱ⁾	(13.502)
Resultado negativo do valor presente de imóveis de cinema	6.796
Passivos de arrendamentos imóveis de cinema	49.862
Novos passivos de direito de uso projetores de cinemas	4.128
(-) Ajuste a valor presente projetores de cinemas	(672)
(+) Transf. de arrendamentos financeiros do ativo imobilizado	2.453
(-) Pagamentos de arrendamentos de projetores de cinemas ⁽ⁱⁱ⁾	(2.083)
Resultado negativo do valor presente de projetores de cinemas	366
Passivos de arrendamentos projetores de cinemas	4.192
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.054
Reajustes e prorrogações de contratos de imóveis de cinemas	13.429
(-) Ajuste a valor presente reajustes e prorrogações de contratos	(4.785)
Novos contratos de direito de uso de imóveis	482
(-) Ajuste a valor presente novos contratos de direito de uso de imóveis	(89)
(-) Abatimentos em contratos de arrendamento de imóveis de cinemas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(3.920)
(-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis de cinemas ⁽ⁱ⁾	(3.188)
Resultado negativo do valor presente de imóveis de cinema	6.451
Passivos de arrendamentos imóveis	58.242
(-) Pagamentos de arrendamentos de projetores de cinemas ⁽ⁱⁱ⁾	(403)
Resultado negativo do valor presente de projetores de cinemas	231
Passivos de arrendamentos projetores de cinemas	4.020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	62.262

- (i) Os valores apresentados como pagamentos de arrendamento de imóveis, referem-se aos aluguéis mínimos pagos nos cinemas e no escritório administrativo do Grupo, tais valores a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não será mais apresentado na nota explicativa 27 de despesas por natureza, na linha de custo de ocupação, permanecendo apenas demais custos não abrangidos pelo referido CPC.

- (ii) Os valores apresentados como pagamentos de arrendamento de projetores, referem-se aos aluguéis pagos de projetores de exibição nos cinemas do Grupo, tais valores a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não será mais apresentado na nota explicativa 27 de despesas por natureza, na linha de custo de manutenção de salas, permanecendo apenas demais custos não abrangidos pelo CPC. Estão sendo considerados também os valores de pagamentos de arrendamentos financeiros, que pela entrada em vigor do IFRS16 foram transferidos do ativo imobilizado para a conta de arrendamento mercantil.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve assinatura de acordo que contempla desconto em aluguel mínimo para os cinemas do Grupo. A redução foi concedida levando em consideração o impacto trazido pela pandemia da COVID 19 que culminou no fechamento dos cinemas em março de 2020.

Conforme OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, estimamos os fluxos de caixa futuros reais, com base em um IGP-M médio de 4,12%, perfazem o montante de R\$ 58.110 e que a taxa incremental real do Grupo é de 8,04%.

23 Obrigações sociais

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Salários a pagar	595	1.055	194	379
Pensão alimentícia a pagar	5	6	3	3
INSS a recolher	590	490	145	165
FGTS a recolher	158	138	22	35
Provisão de férias e encargos	1.196	1.848	440	503
Outras obrigações com empregados	212	268	67	204
	2.756	3.805	871	1.289

24 Provisão para contingências (Consolidado)

O Grupo é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, em andamento, e quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, bem como as de risco de perda possível decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos, apresentando os seguintes passivos:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhista	136	68
Tributário	1.041	1.012
Cível e Administrativo	37	26
Total provável	1.214	1.106
Trabalhista	242	51
Tributário	90	165
Cível e Administrativo	203	33
Total possível	535	249

A movimentação das provisões de perda provável está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.056
Adições	37
Contingência empresas adquiridas	-
Baixas	(43)
Atualização monetária	56
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.106
Adições	133
Baixas	(53)
Atualização monetária	28
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.214

25 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social do Grupo permanece inalterado em relação a posição de 31 de dezembro de 2019, conforme detalhado abaixo:

Capital social			
31.12.2020			
Acionista	Nº ações	Valor ações totais	% Cap. Soc.
AGROUP Participações S.A.	13.651.156	13.597	44,08%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	10.201.205	29.290	32,94%
Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações	2.266.933	6.510	7,32%
Homero Frederico Icaza Figner	1.133.467	3.254	3,66%
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes	1.858.151	2.499	6,00%
Carlos Emilio Cavaliere Sartório	1.858.151	2.499	6,00%
Total	30.969.063	57.649	100%

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social subscrito e integralizado, e tem como finalidade, assegurar a integridade do capital social. A reserva poderá ser utilizada para o aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

De acordo com o Estatuto da Companhia, no exercício em que o saldo de reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital, que trata o artigo 182, da lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento), do capital, subscrito e integralizado, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para reserva legal.

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da Administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados.

Reserva de incentivos de fiscais

Constituída de acordo com o previsto no artigo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros.

c. Dividendos

O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que, a partir do exercício de 2015, a Companhia poderá efetuar distribuição de lucros, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. O montante a distribuir deverá ser deliberado em Assembleia Geral, bem como deverá levar em consideração a legislação aplicável.

d. Ajuste avaliação patrimonial

O valor líquido apresentado no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ (6.424) em 31 de dezembro de 2020 e R\$ (6.266) em 31 de dezembro de 2019, é representado pelos valores abaixo:

- (i) Diferença entre o valor pago e o valor contábil na aquisição de participação de não controladores realizadas em 2014, tal diferença representa R\$ (6.712), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Redecine FLN Cinemat. Ltda.	(1.979)	(1.979)
Bombocine FLN Com de Alim. Ltda.	(12)	(12)
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	(1.419)	(1.419)
Redecine CWB Cinemat. Ltda	(143)	(143)
Bombocine CRT Com. De Alimentos Ltda	(11)	(11)
Redecine Litoral Cinemat. Ltda	(2.293)	(2.293)
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda	(855)	(855)
	<u>(6.712)</u>	<u>(6.712)</u>

- (ii) Valor referente à reserva de reavaliação existente até 31 de dezembro de 2010 e custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 288 (R\$ 446 em 31.12.2019).

26 Receita líquida de venda

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Venda de produto e serviços				
Receita com venda de ingressos	28.172	118.218	-	-
Receita com veiculação de propaganda	1.184	5.025	38	251
Receita com aluguel de salas para eventos	279	886	10	-
Receita ingressos corporativos e verbas filmes	1.823	3.645	531	1.507
Receita ingressos escolas, sessões fechadas	2.070	7.613	-	-
Vendas de mercadorias - Bomboniere	12.883	51.069	-	-
Outras receitas comerciais	326	1.731	113	1.358
	46.737	188.187	692	3.116
Deduções sobre vendas				
ICMS	(416)	(1.433)	-	-
PIS	(682)	(2.597)	(12)	(51)
COFINS	(3.139)	(11.966)	(52)	(237)
ISS	(1.367)	(5.626)	(17)	(53)
Cancelamento de vendas	(6)	(85)	-	-
	(5.610)	(21.707)	(81)	(341)
	41.127	166.480	611	2.775

27 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custos com vendas				
Custos com venda de mercadorias - Bomboniere	2.735	11.032	-	-
Custo com exibição de filmes e veiculação de propagandas	13.728	56.106	-	26
Custos com pessoal	5.853	12.715	-	16
Custos com manutenção de salas	739	2.477	-	-
Custos de ocupação ⁽ⁱ⁾	8.215	8.976	-	-
Custos com água e energia elétrica	4.507	8.957	-	-
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	28.349	26.147	-	-
(-) Outros créditos	(1.511)	(1.417)	(4)	-
Despesas com vendas				
Taxa de administração de cartões	384	1.541	-	-
Material suporte ao ponto de venda e promocional	8	33	1	6
Mídias	1.129	323	80	46
Assessorias de marketing	320	449	312	447
Outras despesas com vendas	31	118	3	44
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	11.838	22.287	6.088	12.134
Despesas com manutenção	724	1.095	12	25
Despesas com ocupação	218	453	218	227
Despesas com assessorias	1.820	3.427	919	1.350
Despesas com viagens e estadias	282	1.230	213	951
Despesas com depreciação e amortização ⁽ⁱⁱ⁾	240	474	240	201
Despesas com mat. de limpeza e escritório	257	560	2	5
Despesas tributárias	389	618	195	232
Outras despesas administrativas	750	2.065	159	369

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
(-) Rateio de despesas	-	-	(2.787)	-
	81.005	159.666	5.651	16.079
Custos com vendas	62.615	124.993	(4)	42
Despesas com vendas	1.872	2.464	396	543
Despesas gerais e administrativas	16.518	32.209	5.259	15.494
	81.005	159.666	5.651	16.079

- (i) Os valores pagos a título de aluguel mínimo de salas de cinema e escritório administrativo, a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não são mais apresentados na linha de custo de ocupação, tais valores passaram a tramitar diretamente pela conta do passivo, conforme demonstrado na nota explicativa 22, os valores ainda apresentados nesta linha referem-se aos demais custos de ocupação dos cinemas, tais como: aluguel percentual, condomínio, fundo de promoções, IPTU, entre outros.
- (ii) Valores consolidados de depreciação do exercício, conforme nota explicativa 16 - *Depreciação Imobilizado*: R\$ 15.033 (R\$ 13.953 em 31.12.2019); nota explicativa 17 - *Amortização Intangível*: R\$ 1.525 (R\$ 2.033 em 31.12.2019); e nota explicativa 18 - *Amortização de Direito de uso de ativo*: R\$ 12.031 (R\$ 10.635 em 31.12.2019).

28 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Subvenções governamentais ⁽ⁱ⁾	4.646	4.467	-	-
Desc. arrendamentos mercantis - COVID-19 ⁽ⁱⁱ⁾	3.920	-	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	15	1
Ação de exclusão ICMS base PIS e COFINS	-	447	-	-
Reembolso de seguros	9	-	-	-
Créditos PIS e COFINS s/ aluguel de projetores	-	291	-	15
Outras	25	33	-	10
	8.600	5.238	15	26

- (i) Apropriados de subvenção governamental, de acordo com os prazos contratuais de cada modalidade de dívida, conforme nota 21.
- (ii) Valores referentes a descontos concedidos em aluguéis mínimos no período de fechamento dos cinemas do Grupo.

b. Outras despesas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Resultado na venda de ativo imobilizado ⁽ⁱ⁾	(1.251)	(61)	-	-
Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>) ⁽ⁱⁱ⁾	(1.905)	-	-	-
Despesas asses. e est. viabilidade investimentos	(284)	(76)	(283)	(76)
	(3.440)	(137)	(283)	(76)

- (i) Os valores apresentados nesta linha referem-se a baixa de ativos imobilizados obsoletos e deteriorados.
- (ii) Reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, frente aos impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, conforme nota 16.

29 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Tarifas bancárias	(1.040)	(758)	(202)	(97)
Juros passivos	(3.873)	(4.121)	(793)	(986)
IOF	(7)	(375)	(4)	(211)
Multas por atraso no recolhimento impostos	(50)	(329)	(18)	(2)
Descontos concedidos	-	(2)	-	-
Resultado negativo valor presente empréstimos	(1.828)	(1.995)	-	-
Resultado negativo valor justo empréstimos	(1.066)	(2.235)	-	-
Resultado negativo valor presente direitos de uso ⁽ⁱ⁾	(6.682)	(7.162)	(6)	-
Outras despesas financeiras	-	(168)	(2)	-
Total das despesas financeiras	(14.546)	(17.145)	(1.025)	(1.296)
Descontos recebidos	36	73	6	4
Rendimentos com aplicações financeiras	272	495	112	172
Juros ativos	12	217	3	10
Resultado positivo ajuste a valor justo	3.035	7.050	-	-
Total das receitas financeiras	3.355	7.835	121	186
Resultado financeiro líquido	(11.191)	(9.310)	(904)	(1.110)

- (i) Refere-se a realização dos juros do passivo de arrendamento, devido adoção do IFRS 16, conforme nota explicativa 22.

30 Partes relacionadas

Abaixo demonstramos o resumo das transações com partes relacionadas:

	Nota	Natureza da Operação	Consolidado		Controladora	
			31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber diretores		Comercial ¹	10	-	10	-
Total contas a receber	11		10	-	10	-
Conta corrente acionistas (a)						
Agrouop Participação S.A.		Financeiro ²	31	31	31	31
Marcos Rocha Magalhães Barros		Financeiro ²	527	527	527	527
Liviomar Macatrão Pires Costa		Financeiro ²	53	53	53	53
Total outros créditos	11		611	611	611	611
Passivo						
Núcleo de Prest. Serv. Adm. Ltda		Comercial ¹	94	94	94	94
Reembolsos de viagens diretores		Comercial ¹	-	6	-	6
Eduardo Augusto Vaz Pinto de Souza (a)		Financeiro ²	202	201	202	201
Marcos Rocha Magalhães Barros (a)		Financeiro ²	184	184	-	-
Carlos Emilio Cavaliere Sartório (a)		Financeiro ²	143	143	51	51
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes (a)		Financeiro ²	143	143	51	51
Maestro Locadora de Veículos S.A		Comercial ¹	4	3	4	3
Total fornecedores	19		770	774	402	406
Créditos partes relacionadas - intercompany	11	Financeiro ²	-	-	-	49
Débitos partes relacionadas - caixa único (b)		Financeiro ²	-	-	4.964	4.034
Resultado						
Locação de veículos (c)						
Maestro Frotas		Comercial ¹	38	15	38	15
Total em despesas por natureza	27		38	15	38	15

(1) **Comercial:** Transações comerciais, referentes ao curso normal do negócio das empresas envolvidas

(2) **Financeiro:** Operações de conta corrente e caixa único e valores a receber de acionistas

(a) Os montantes referem-se a valores a receber dos acionistas Marcos Rocha Magalhães Barros, Eduardo Augusto Vaz Pinto e Liviomar Macatrão Pires Costa, substancialmente compostos por saldos que foram pagos ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (R\$ 1.497) referentes ao acordo firmado de ressarcimento, bem como o reembolso parcial de gastos (advogados e auditorias (*due dilligence*) na transação de captação de investidor (R\$ 996), reembolso de juros e multas de atraso de impostos (R\$ 167), outros reembolsos (R\$ 55), que totalizam R\$ 2.715. Dos montantes apresentados, os acionistas geraram créditos equivalentes à R\$ 2.776, parte dos créditos foram abatidos dos contas a receber citados, e parte estão no contas a pagar com previsão de pagamento a longo prazo. Os créditos gerados relativos *VPF Virtual Print Fee*, que é um subsídio pago pelo estúdio/distribuidor aos exibidores pelo processo de digitalização de salas de cinema, conforme definido no acordo de acionistas, são utilizados para liquidação de tais contas a receber de acionistas, caso os créditos sejam superiores, ficarão pendentes como valores a pagar pela Companhia aos acionistas.

(b) Em 1º. de setembro de 2019, a Cinesystem S.A. celebrou contrato de caixa único com suas controladas, que por ser a holding das empresas do Grupo, é a responsável pelo gerenciamento da tesouraria das demais empresas controladas, de forma a melhorar a capacidade de gestão de recursos financeiros disponíveis.

O saldo apresentado na controladora e eliminado nas informações contábeis consolidadas, referente a movimentação de caixa único entre empresas do Grupo, está distribuído da seguinte forma:

Débitos (créditos) com partes relacionadas - caixa único

Empresa do Grupo

Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Redecine Rio Cinematográfica S.A.

Controladora	
31.12.2020	31.12.2019
10.509	8.003
(5.545)	(3.969)
4.964	4.034

(c) Os valores apresentados referem-se a serviços contratados de locação de veículos para diretoria, junto a Maestro Locadora de Veículos S.A., empresa investida pelo acionista SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante era de (R\$ 38), no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 15).

As transações comerciais e financeiras entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas,

não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Todas as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminadas nas informações contábeis consolidadas.

31 Remuneração global da Administração

A Administração das empresas do Grupo Cinesystem, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, é estruturada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A diretoria estatutária é composta por 08 (oito) cargos:

- Presidência; Diretoria Financeira;
- Diretoria de Superintendência;
- Diretoria de Controladoria;
- Diretoria Relação com Investidores;
- Diretoria de Expansão; Diretoria de Operações; e
- Diretoria Comercial. Os diretores e um dos membros do Conselho de Administração (Conselheiro Independente), são remunerados em bases correntes mensais, sendo que a administração é realizada de forma centralizada, respondendo por todas as empresas do Grupo.

Em 28 de abril de 2020, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global anual da administração no montante de R\$ 4.000 para o ano de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo reconheceu, a título de remuneração global da administração (pró-labore, plano de saúde, seguro e outros), o montante de R\$ 2.018 (R\$ 4.691 em 31.12.2019).

32 (Prejuízo) lucro por ação

a. Prejuízo básico e diluído por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi baseado no lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias.

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(44.628)	2.700
Média ponderada de número de ações ordinárias	30.969	30.969
Resultado básico por ação	(1,44)	0,09
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(44.628)	2.700
Média ponderada de número de ações ordinárias	30.969	30.969
Resultado diluído por ação	(1,44)	0,09

b. Movimentação de ações no exercício

Cinesystem S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020*

Data	Descrição do evento	Ações emitidas	Ações em poder dos acionistas	Média ponderada
1º de janeiro de 2018	Saldo início do exercício	19.417.644	19.417.644	19.417.644
08 de agosto de 2018	Emissão ações na combinação de negócios	7.432.604	26.850.248	3.096.918
10 de setembro de 2018	Emissão ações em dinheiro	4.118.815	30.969.063	1.372.938
31 de dezembro de 2018	Saldo final do exercício	30.969.063	30.969.063	23.887.501
31 de dezembro de 2019	Saldo final do exercício	30.969.063	30.969.063	23.887.501
31 de dezembro de 2020	Saldo final do exercício	30.969.063	30.969.063	30.969.063

33 Informações por segmento

Nos três principais segmentos de receitas que o Grupo opera, são as seguintes principais espécies de receitas:

- (a) Bomboniere (pipocas, refrigerantes, doces);
- (b) serviços de exibição cinematográfica;
- (c) outras receitas, que incluem a veiculação de propagandas em tela e de aluguéis de salas para eventos. Os segmentos, apesar da direta dependência, são analisados de forma separada pela Administração, com base na receita líquida, descontados apenas dos custos diretos dos segmentos (custo com venda de mercadorias, custos com exibição de filmes e propaganda).

	Bomboniere		Ingressos		Outras receitas		Total	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receita líquida do segmento reportável	11.778	48.202	24.365	102.224	4.984	16.054	41.127	166.480
Custos diretos por segmento	(2.735)	(11.032)	(12.694)	(52.382)	(1.034)	(3.724)	(16.463)	(67.138)
Custo do segmento reportável	(2.735)	(11.032)	(12.694)	(52.382)	(1.034)	(3.724)	(16.463)	(67.138)
Lucro bruto do segmento reportável	9.043	37.170	11.671	49.842	3.950	12.330	24.664	99.342
Custos com pessoal	-	-	-	-	-	-	(5.853)	(12.715)
Custos com manutenção de salas	-	-	-	-	-	-	(739)	(2.477)
Custos de ocupação (i)	-	-	-	-	-	-	(8.215)	(8.976)
Custos com água e energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(4.507)	(8.957)
Depreciações e amortizações (ii)	-	-	-	-	-	-	(28.349)	(26.147)
(-) Outros créditos	-	-	-	-	-	-	1.511	1.417
Custos indiretos não mensuráveis por segmento	-	-	-	-	-	-	(46.152)	(57.855)
(Prejuízo) lucro bruto	-	-	-	-	-	-	(21.488)	41.487

34 Instrumentos financeiros

a. Fatores de risco financeiro

Os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas do Grupo poderão ser prejudicados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- (a) dependência da produção e da qualidade dos filmes exibidos;
- (b) resultados variam de exercício para exercício de acordo com a concentração de lançamentos de filmes;
- (c) interrupções, falhas e falta de aprimoramento de sistemas de vendas;
- (d) concorrência de outros operadores nos mercados onde atuamos;
- (e) propagação de canais de exibição de filmes;
- (f) competição proveniente de outros setores de entretenimento;
- (g) desempenho e atratividade do shopping center onde estamos localizados;
- (h) pirataria de filmes que exibimos;
- (i) crise no fornecimento de energia elétrica.

O Grupo não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco. No entanto, possui diretrizes internas que norteiam a gestão dos riscos identificados. O Grupo entende que os riscos indicados não são relevantes a ponto de exigir uma política formalizada, caso esse cenário seja alterado, o Grupo se adequará às novas circunstâncias.

b. Risco de liquidez

É um risco para o Grupo não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

	Consolidado				Total a Valor Contábil	Total a Valor nominal
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos		
Em 31 de dezembro de 2020	49.523	37.507	26.400	73.309	143.973	186.739
Empréstimos e financiamentos	13.440	29.125	13.744	24.629	64.142	80.938
Fornecedores	17.569	-	-	-	17.569	17.569
Passivos de arrendamentos	18.514	8.382	12.656	48.680	62.262	88.232
Em 31 de dezembro de 2019	43.251	27.135	28.656	67.781	120.492	166.823
Empréstimos e financiamentos	14.600	12.251	17.680	27.478	53.676	72.009
Fornecedores	12.762	-	-	-	12.762	12.762
Passivos de arrendamentos	15.889	14.884	10.976	40.303	54.054	82.052

c. Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamentos do Grupo são afetados pela variação nas taxas de juros, tais como: TJLP, IPCA, Selic e CDI.

Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pelo Grupo, com os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de incremento nas taxas de juros e o cenário II, 20% de incremento.

			Consolidado		
			31.12.2020		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(115)	(126)	(138)
Recursos BNDES - FAT	TJLP	Aumento do TJLP	(271)	(298)	(326)
			(386)	(425)	(463)
			Controladora		
			31.12.2019		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(115)	(126)	(138)
			(115)	(126)	(138)